



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº \_\_\_\_\_, DE 2017**  
(Da Sra. ERIKA KOKAY)

Requer o encaminhamento de pedido de informações ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sobre o Escritório de Processos daquele Ministério, na forma em que especifica.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 50 da Constituição Federal e no Art. 115, inciso I e Art.116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, bem como no exercício constitucional do *múnus* público fiscalizatório atribuído ao Congresso Nacional perante os atos do Poder Executivo (Art. 49, X, da CF), vimos perante Vossa Excelência solicitar que seja encaminhado ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Requerimento para que o Ministro de Estado, Sr. Dyogo Henrique de Oliveira, seja instado a prestar informações sobre o Escritório de Processos, na forma abaixo especificada.

1. *Quais as motivações para o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão implantar o Escritório de Processos?*
2. *O que é o Escritório de Processos?*
3. *Quais os objetivos do Escritório de Processos do MP?*
4. *Onde está localizado o Escritório de Processos do MP?*
5. *Quantos e quem são os servidores que realizam o trabalho no referido Escritório e quais são seus vínculos com a Administração?*
6. *Quais são as remunerações do pessoal do Escritório de Processos e como são pagos?*
7. *Qual o custo mensal com esse escritório para a União?*



8. *Qual o custo geral para a União?*

**JUSTIFICAÇÃO**

Segundo levantamento de entidades de trabalhadores no serviço público federal, passados doze meses desde a consumação do processo de ruptura democrática no Brasil que destituiu a presidenta eleita Dilma Rousseff da Presidência da República, o que se vê é a tentativa de enxugar gasto com pessoal, rever os critérios da avaliação de desempenho, reestruturar as carreiras existentes, congelar o processo negocial, entre outros direitos conquistados ao longo de anos de luta dos servidores.

Assim, não foi cumprido o Acordo firmado com as entidades sobre a modernização das carreiras/cargos/tabelas; não foram instalados os Grupos de Trabalhos previstos no Acordo – a não ser os que interessam em ferir direitos, como o grupo para alterar a Lei 8.112/90, no que diz respeito à licença para mandato classista, de forma a restringir ao máximo as liberações e à revisão dos critérios estabelecidos para avaliação de desempenho. Ainda, pretendem coibir por meio de Portaria a liberação dos servidores para participarem de eventos sindicais nacionais como Congressos da categoria, criar Cargos Sêniores para algumas áreas e, enxugar a máquina com terceirização.

Com isso, torna-se ainda mais necessário conhecer o que pensa o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e saber se o referido Escritório de Processos versa sobre a modernização das relações de trabalho, sobre o avanço da eficiência e eficácia da prestação do serviço público, enfim sobre a melhoria do desempenho do servidor público, atitudes sempre defendidas e pretendidas pelas entidades dos trabalhadores no serviço público.

Face aos fatos em comento, reiteramos a necessidade de o ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão fornecer informações precisas sobre os motivos que fundamentam a implantação do Escritório de



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processos. E ainda, é mister esclarecer a situação atual dessa implantação, com seus respectivos objetivos e demais informações solicitadas.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**